

DOSSIÊ

# DEBAIXO DE FOGO:

## a cobertura jornalística do lado russo da guerra na Ucrânia como combate. O caso de Bruno Amaral de Carvalho



LUÍS M. LOUREIRO  
*Universidade do Minho, Braga – Portugal*  
ORCID: 0000-0003-3201-8013

RUI PEREIRA  
*Universidade Lusófona, Porto – Portugal*  
ORCID: 0000-0002-0226-2894

ALEXANDRA FIGUEIRA  
*Universidade Lusófona, Porto – Portugal*  
ORCID: 0000-0002-8764-5690

DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1607

Recebido em: 31/03/2023  
Desk Review em: 06/05/2023  
Editor de Desk Review: Laura Storch  
Revisado em: 20/09/2023  
Revisado em: 20/10/2023  
Aprovado em: 19/11/2023

**Como citar este artigo:** Loureiro, L.M., Pereira, R. & Figueira, A. (2023). UNDER FIRE: news coverage of the Russian side of the war in Ukraine as combat. The case of Bruno Amaral de Carvalho. *Brazilian Journalism Research*, 19(3), e1607. <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1607>

**RESUMO** – Partindo do caso do jornalista freelancer Bruno Amaral de Carvalho, identificamos e analisamos os dois tipos de combates em que se envolveu para garantir a cobertura da guerra da Ucrânia, para a CNN Portugal, a partir do lado russo, entre março e outubro de 2022. Além de se envolver na guerra de informação que, desde 2014, configurou dois campos metanarrativos relativamente à Ucrânia, o jornalista, o único a trabalhar desse lado da guerra para os média portugueses no período em análise, teve de combater as estratégias de degradação simbólica que lhe foram dirigidas por políticos e jornalistas, sob a forma de ataques ao caráter e à independência. O estudo recolhe os conteúdos produzidos por Bruno Amaral de Carvalho para a CNN Portugal, classificando-os de acordo com esses campos metanarrativos, e faz a decomposição e análise ao processo de degradação simbólica que obrigou o jornalista a esse duplo combate.

**Palavras-chave:** Metanarrativos. Jornalismo. Propaganda. Guerra de informação. Degradação simbólica.

## **UNDER FIRE: journalistic coverage of the Russian side of the war in Ukraine as combat. The case of Bruno Amaral de Carvalho**

**ABSTRACT** – Based on the case of freelance journalist Bruno Amaral de Carvalho, we identify and analyze the two types of battles he was involved in to guarantee coverage of the war in Ukraine for CNN Portugal, from the Russian side, between March and October 2022. As well as being involved in the information war that, since 2014, has shaped two metanarrative fields in relation to Ukraine, the journalist, the only one working on this side of the war for the Portuguese media in the period under analysis, had to combat the strategies of symbolic degradation directed at him by politicians and journalists, in the form of attacks on his character and independence. Our study collects the content produced by Bruno Amaral de Carvalho for CNN Portugal, classifying it according to these metanarrative fields, and breaks down and analyzes the process of symbolic degradation that forced the journalist into this double combat.

**Key words:** Metanarratives. Journalism. Propaganda. Information war. Symbolic degradation.

## **BAJO EL FUEGO: la cobertura periodística del lado ruso en la guerra de Ucrania como combate. El caso de Bruno Amaral de Carvalho**

**RESUMEN** – A partir del caso del periodista freelance Bruno Amaral de Carvalho, identificamos y analizamos los dos tipos de batallas en las que estuvo involucrado para garantizar la cobertura de la guerra en Ucrania para CNN Portugal, desde el lado ruso, entre marzo y octubre de 2022. Además de estar implicado en la guerra informativa que, desde 2014, ha configurado dos campos metanarrativos en relación con Ucrania, el periodista, el único que trabajaba en este lado de la guerra para los medios portugueses en el período analizado, tuvo que combatir las estrategias de degradación simbólica dirigidas contra él por políticos y periodistas, en forma de ataques a su carácter e independencia. El estudio recoge los contenidos producidos por Bruno Amaral de Carvalho para CNN Portugal, clasificándolos según estos campos metanarrativos, y desmenuza y analiza el proceso de degradación simbólica que obligó al periodista a este doble combate.

**Palabras clave:** Metanarrativas. Periodismo. Propaganda. Guerra informativa. Degradación simbólica.

## **1 Introdução**

Durante mais de meio ano, entre março e outubro de 2022, o repórter freelancer Bruno Amaral de Carvalho foi o único jornalista português a enviar regularmente relatos jornalísticos do lado separatista e russo da guerra da Ucrânia, tendo chegado a ser, como o próprio a certa altura referiu<sup>1</sup>, o único jornalista a trabalhar para meios de comunicação ocidentais nesses territórios. Trabalhou a partir de várias cidades no Donbass, em especial, Donetsk, onde manteve a sua base logística, Mariupol e Lugansk.

Ao longo desses meses, o jornalista viu-se convocado para um combate em duas grandes frentes, cuja análise está no cerne

do presente artigo, constituindo-se no seu núcleo problematizador e influenciando diretamente na estrutura que adotamos. O trabalho de um repórter em cenário de guerra bastaria para constituí-lo como combatente, pelas características e condições específicas de que se reveste. No caso de Bruno Amaral de Carvalho, a esse combate intrínseco à produção jornalística, somou-se o fato de ter tido de enfrentar as numerosas manifestações públicas de que a sua figura pessoal, profissional e política foi objeto, algumas, de apoio, por seguidores seus nas redes sociais digitais, mas muitas, também, tentativas de detração e de degradação simbólica, encetadas, ao mais alto nível do aparelho de Estado, por governantes e por outros membros da classe política, e por órgãos de comunicação, em Portugal, além de comentários de leitores e espectadores<sup>2</sup>.

Tais ataques ocorreram a despeito de o trabalho do jornalista se limitar, na sua esmagadora maioria, a notas de reportagem e observações diretas no local, assinalando prudencialmente as condições em que cada matéria era realizada – nomeadamente se se deslocava só, ou acompanhado pela tropa russa ou separatista (Carvalho, 2022a) – o que aconteceu em raras ocasiões. As reportagens que publicou são, essencialmente, de teor testemunhal, convocando majoritariamente testemunhas civis dos acontecimentos, ou de relato presencial sem edição (o chamado *live on tape* ou *live report*<sup>3</sup>). Nos seus trabalhos, o jornalista cita sempre as fontes das informações não testemunhadas por si. A sua ferramenta de trabalho foi, para além do computador pessoal, um smartphone. Estas constatações sugerem, assim, como hipótese, a de que o combate de Bruno Amaral de Carvalho se tenha situado menos no plano da produção jornalística *per se*, estando as dificuldades e constrangimentos daquela assumidos como condições apriorísticas que limitam sempre o trabalho dos repórteres de guerra mas não anulam as condições de objetividade do relato jornalístico, e mais no plano de uma luta individual contra a hegemonização de uma narrativa, sem contraditório ou contraponto, em torno da guerra.

Metodologicamente, a presente investigação insere-se no campo da análise do discurso e da narrativa, o que nos remete, de imediato, para um paradigma qualitativo de investigação, ao invés do que seria pressuposto em uma análise de conteúdo, onde os elementos quantitativos predominariam. Desse modo, a constituição do *corpus* de análise dispensa uma representatividade por extensão do material. Implica, todavia, um critério claro de seleção. A opção con-

sistiu em centrarmos a primeira parte da análise em um conjunto de ações discursivas e fácticas dirigidas contra Bruno Amaral de Carvalho e o seu trabalho, por personalidades públicas e não em torno das críticas provenientes do anonimato do público, via redes sociais ou outras. Tal como no caso de Carvalho, muito do trabalho de repórteres corporativos operando a partir do lado de Kiev foi objeto de insultos, injúrias ou críticas por parte de anônimos. Mas, não é esse o nosso domínio analítico, nem foi esse o princípio metodológico de seleção por que aqui se optou.

A segunda parte da análise, correspondente ao combate intrinsecamente jornalístico, submete, entretanto, o trabalho para televisão de Bruno Amaral de Carvalho a uma análise de narrativa, dissecando as 22 reportagens emitidas pelo repórter na CNN Portugal de acordo com as oposições categoriais propostas, desde 2014, por um conjunto de autores das áreas da psicologia social, ciência política e ciências da comunicação (Katchanovski, 2016; Korostelina, 2014; Koval et al., 2022; Lazarenko, 2018; Smoor, 2017), que identificam a existência, na Ucrânia, de dois pólos de difícil conciliação, sistematizados no presente trabalho como campo metanarrativo ucraniano e campo metanarrativo russo.

É a partir deste cruzamento analítico-metodológico que nos propomos questionar e explorar a hipótese atrás formulada, procurando responder a duas das perguntas que o trabalho solitário de Bruno Amaral de Carvalho, no lado russo da guerra da Ucrânia, nos coloca: i) Até que ponto pode o trabalho do repórter Bruno Amaral de Carvalho ser pensado como jornalismo de combate? ii) Que condições específicas definem o jornalismo de combate no contexto da reportagem de guerra e das guerras de informação no campo jornalístico?

## **2 Matar o mensageiro: a degradação simbólica e as guerras da informação**

A invasão do Iraque, em 1991, ficou para a história da relação entre jornalismo, guerra e propaganda como o momento da primeira “guerra em direto”. Com uma frivolidade entusiástica, os media ocidentais convergiram para o Kuwait e para Bagdá enquanto enchiam os seus ecrãs do tracejado verde das munições disparadas durante a noite, como se de um vídeo jogo se tratasse. Entraram no léxico propagandístico-militar da época eufemismos como “danos co-

laterais”, “armas inteligentes” ou “bombardeamentos cirúrgicos”. As redações dos grandes órgãos corporativos de comunicação adotaram a novílingua para designar as guerras promovidas pelos sistemas de poder em que se filiavam. Além dos jornalistas “incrustados” nas forças militares, que aceitam a censura prévia das suas matérias pela autoridade militar e noticiam sob controle dos comandos militares sem o assinalar devidamente, instalou-se a parcialidade unilateral dos relatos pseudojornalísticos, como algo de assumido até ao ponto da sua naturalização (Allan & Zelizer, 2004; Hedges, 2022; Kellner, 2008; McLaughlin, 2016; Miller, 2004; C. S. Pereira, 2005).

Pode sugerir-se que este dado tenha a ver com um conjunto complexo de fatores causais que se interligam para poder explicá-lo. Em primeiro lugar, a dimensão global das telecomunicações por via das novas tecnologias da informação e da comunicação. Com a concentração das grandes fontes produtoras de conteúdos informativos à escala global, majoritariamente sedeadas nas grandes potências ocidentais como sucede, aliás, com as estruturas físicas que dão suporte à internet. Com os fenômenos também concentracionários das empresas de comunicação nacionais, fortemente cartelizadas e com ligações muito apertadas aos centros de decisão política, económica, cultural e militar. Um terceiro fator pode ser a tendência para a concentração de poder nos centros dirigentes dos grandes media corporativos, enquanto a precarização da condição dos jornalistas de base se intensifica, instaurando dispositivos de poder e autoritarismo no seio de redações muito restringidas e com um controle político-laboral rigoroso, ditado por esta estratificação. A formação, no caso específico da imprensa internacional de guerra, daquilo que aparece designado como um “circo” de correspondentes que viajam e reportam de guerra em guerra, gerando uma cultura profissional e política de grupo (Fino, 2003).

No plano das instâncias de poder político-militar, novas concepções como o chamado direito de “intervenção humanitária”<sup>4</sup> – sem cabimento no direito internacional, mas aplicado em casos como o da Iugoslávia, em 1991 – abriram precedentes para atitudes até então implausíveis de qualquer consideração em termos de democraticidade do comportamento político das nações e instituições. A mobilização de jornalistas sob a figura do *embedded*, no Iraque, em 2003, mas também a construção de figuras políticas indeterminadas e de exceção como a figura do “combatente inimigo” que permitia a captura de pessoas consideradas inimigas sem lhes aplicar o estatuto de prisio-

neiro de guerra e as respetivas convenções, durante a chamada “Guerra Infinita contra o Terrorismo”. Estes aspetos de “lawfare”, variante jurídica da “warfare”, ou do chamado “direito penal do inimigo”, são simultaneamente causas e expressões de uma vasta rearrumação da doutrina da guerra e da extensão desta a todas as áreas da vida humana, processada em termos de mobilização de todos os recursos bélicos e civis disponíveis, nomeadamente as plataformas digitais ou “cyberware”. Esta abrangência global da guerra e das suas conceções é conceptualmente compreendida pela expressão “guerra híbrida” (Bilal, 2021; Korybko, (2018); Monaghan et al., 2019; Puyvelde, 2015).

### Figura 1

#### *O conceito de guerra híbrida*



Fonte: Sazonov et al. (2017)

No plano dos ataques contra o jornalismo, os alinhamentos das grandes corporações mediáticas com os poderes econômicos e bélico-políticos de que fazem parte expuseram todo e qualquer profissional que procure escapar à manufatura da propaganda hegemônica. O caso paradigmático é o de Peter Arnett, prémio Pulitzer pela sua cobertura da guerra do Vietnã, que, quando da primeira invasão do Iraque em 1991, esteve em Bagdá a serviço da CNN, de onde foi o primeiro a reportar o início dos ataques, na “primeira guerra em direto”. No segundo ataque contra o Iraque, em 2003, Arnett foi uma voz discordante. Em 31 de março desse ano, deu uma entrevista à estação estatal de televisão iraquiana em que punha em

dúvida a planificação da campanha militar norte-americana e opinava acerca da determinação de combate das tropas de Saddam Hussein. Menos de 24 horas depois era despedido da cadeia de televisão NBC. O fato de ter dado a entrevista e expressado o seu ponto de vista eram considerados “formas de reverência” ao inimigo, sendo taxado de “louco” por uma congressista republicana e de “absurdo” por um parlamentar democrata, entre muitos outros insultos que visavam denunciar o comportamento de “ajuda e conforto ao inimigo” (“*US network sacks top journalist*”, 2003).

Contratado, no dia seguinte, pelo jornal “popular” britânico, Daily Mirror, este fato seria utilizado para difamar a imagem do jornalista, que passara de uma estação internacional de televisão para um jornal tabloide. Ilustrativa desta operação de degradação simbólica da figura do jornalista proscrito, a notícia do Sydney Morning Herald sobre o assunto tinha por título: “*Sacked Arnett gets job on anti-war tabloid*” (2003). A degradação simbólica não substituiu os ataques físicos a jornalistas que não seguem as diretivas da propaganda, em todos os lados dos conflitos, mas veio se juntar, de uma forma igualmente grave, como demonstrou Tom Heenan (2010), relativamente ao longo processo a que foi sujeito, depois mesmo da sua morte, o jornalista australiano Wilfred Burchett. O repórter que, pela primeira vez, em setembro de 1945, denunciou os efeitos da radioatividade, a partir das reportagens que realizou em Hiroshima no mês que se seguiu ao bombardeamento atômico, seria depois, a partir dos seus trabalhos, “do outro lado” da guerra da Coreia, acusado de ser um “comunista”, um “perverso estalinista”, e um “traidor” (pp. 215-216).

O conceito de degradação simbólica emerge da teorização sobre a rotulagem ou Labelling Theory (Becker, 1997), bem como das noções de macroestruturas de sentido e quadrado ideológico, em análise crítica do discurso (ACD), propostas por Teun van Dijk (2005). Assim, entendem-se como simbolicamente degradantes as formulações e estratégias discursivas que, partindo de uma força superior de enunciação, visam a deslegitimação de intervenções, ideias ou pessoas por elas visadas. No caso aqui em análise, trata-se de ações discursivas e fáticas desenvolvidas por figuras públicas com longa presença mediática, responsáveis governamentais e outros enunciadores que, partilhando da narrativa hegemônica sobre a parte pós fevereiro de 2022 dos acontecimentos bélicos na Ucrânia, procederam por meio da estratégia da etiquetagem (*labelling*), juntando ao discurso adversarial para com o jornalista ações práticas e concretas

da sua “denúncia”, quer pública quer dirigida a entidades empresariais mediáticas para as quais o repórter Bruno Amaral de Carvalho trabalhava (ver abaixo).

Não é coincidência que a ação de degradação simbólica provenha dos círculos predominantes de opinião acerca do conflito. Como assinala Howard Becker (1997, p. 169), “o fato de as cruzadas morais serem tipicamente dominadas pelos níveis mais elevados da estrutura social significa que o poder que deriva da legitimidade da sua posição moral é complementado pelo poder que deriva da sua posição social superior”. Neste caso, uma dupla posição de superioridade de status proveniente dos cargos e da visibilidade estabelecida e reconhecida dos promotores da operação de degradação simbólica, que os configuram aos seus olhos e aos olhos dos demais como legítimos, face ao ilegítimo.

Na leitura de Watson & Hill (2012, p. 153), o trabalho de Becker aclara o papel que “grupos e indivíduos socialmente poderosos jogam na definição dos comportamentos aceitáveis e não aceitáveis, através de processos de rotulagem”. Desenvolvendo interpretativamente a noção beckeriana de “empreendedores morais”, estes autores sublinham como aqueles “são especialmente capazes para formatar, através dos mass media, novas imagens de desvio e novas definições de problemas sociais”. O predicado que confere a tais indivíduos ou grupos essa especial capacidade para definir o aceitável, não é outro que a legitimidade<sup>5</sup>.

Matéria instável, elemento de disputa permanente, a noção de legitimidade articula-se com a de autoridade que, por sua vez, assenta em procedimentos de construção de uma “confiança desigual entre duas instâncias de estatuto diferente”, como sublinham Boudon e Bourricault, citados por Amossy (2022, p. 7), autora que recolhe a precisão introduzida por Marc Angenot, segundo o qual, perante a sua incapacidade para encontrar resposta para uma situação, o indivíduo “volta-se para aquele que tem um saber, competências, uma experiência que justificam essa remissão”. Segundo Angenot, a confiança consiste num auditório, em sentido lato, que “acredita que o sujeito da enunciação é fiável e que lhe pode dar crédito” (como citado em Amossy, 2022, p. 8). Para Ruth Amossy (2022, p. 7), o que está em jogo quando se fala da legitimidade (ou da autoridade) de uma pessoa, instituição, ou mensagem, mais do que um estado é o processo mesmo da sua construção discursiva, podendo e devendo sublinhar-se, para esta investigadora em Teoria da Argumentação, a “preponderância do



estatuto institucional que confere a um indivíduo a sua legitimidade e lhe assegura o reconhecimento desta pelo público”.

Compreende-se deste modo que o que aqui designamos por degradação simbólica seja precisamente um processo desta natureza, dirigido por meio da sua rotulagem, contra a credibilidade de um jornalista, contra a sua possibilidade de reconhecimento pelo auditório como credível, dirigido, enfim, a criar a suspeição em torno da sua voz. Particularmente, como é o caso, de um jornalista, freelancer, que não tem por trás de si o peso convencional de credibilidade por definição inerente à instituição mediática.

No campo da comunicação estratégica, a degradação simbólica tem vindo a ser articulada como assassinato de carácter (Icks, 2020; Samoilenko, 2019; Shiraev et al., 2021). Os autores do campo sublinham, precisamente, a sua natureza estratégica, o que, tendo em conta a associação analítica entre jornalismo de guerra e propaganda que o presente artigo explora, não pode deixar de convocar uma reflexão em torno do modelo de propaganda que o economista Edward Herman e o linguista Noam Chomsky propuseram. Em 1988, e nas edições posteriores do livro *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*, Herman e Chomsky estabelecem um modelo de cinco filtros que a informação tem de atravessar para se transformar em notícia.

Tendo em conta o objeto analítico do presente trabalho, interessam-nos, particularmente, os quarto e quinto filtros, isto é, o filtro da crítica de grupos de pressão, ou *flak*, no original (Herman & Chomsky, 2002, pp. 26-28) e o filtro ideológico do anticomunismo (Herman & Chomsky, 2002, pp. 29-31). Herman e Chomsky já haviam proposto a pressão como mecanismo disciplinador e punitivo. Autores que têm vindo a trabalhar na atualização do modelo (MacLeod, 2019a; Zollmann, 2019) defendem que esta pode ser exercida, precisamente, através de campanhas de ataque ao carácter. Os mesmos autores concorrem igualmente na noção de que o quinto filtro, o filtro ideológico do anti-comunismo, deve ser cientificamente recuperado, mesmo que a partir de uma utilização alargada aos fenômenos de geração de medo relativamente ao terrorismo internacional, ou relativamente à Rússia.

Em um artigo em que estuda a relação entre os quarto e quinto filtros, a propósito dos efeitos do caso Russiagate na política norte-americana, Alan MacLeod (2019b, p. 74) refere que o “filtro anti-russo não teria o poder e a potência de que dispõe sem os

profundos níveis de ressentimento, medo e hostilidade construídos, relativamente à União Soviética, durante toda a Guerra Fria”. No mesmo artigo, McLeod faz menção aos epítetos de “agente russo”, “agente do Kremlin”, “fantoche de Putin”, ou “putinista” que eram, já então, aplicados na esfera pública a quem manifestasse dúvidas quanto à veracidade das notícias que, na altura, alegavam uma intervenção direta do Kremlin nas eleições presidenciais americanas de 2016, que resultaram na eleição de Donald Trump.

### **3 Debaixo de fogo: os ataques a Bruno Amaral de Carvalho**

É já a partir de Moscovo, de onde seguirá para o Donbass controlado pelas forças russas e separatistas, a 28/03/2022, que Bruno Amaral de Carvalho testemunha, no seu canal de Telegram: “(...) é difícil que aqui não se tenha noção do que se passa na Ucrânia, como se leu em alguns meios ocidentais. Abri a página da CNN, do The Guardian, do El País e do Público sem problema. Contudo, a página da BBC está bloqueada pelas autoridades”<sup>6</sup>. O jornalista junta imagens das páginas dos vários órgãos de comunicação ocidentais disponíveis na Rússia<sup>7</sup>. Este testemunho precoce relaciona-se com um dos combates em que o jornalista irá se envolver ativamente, disso dando conta nos seus canais pessoais das redes sociais Telegram, Twitter e Facebook: o combate pela informação do lado da guerra cujos média, exatamente um mês antes, haviam sido interditados no espaço europeu por determinação expressa da União Europeia.

Apenas três dias depois do início da intervenção militar russa, em 27/02/2022, citada pelo site Politico, a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, declarou que “vamos banir a máquina mediática do Kremlin na UE. A Rússia Today estatal, a Sputnik, e as suas subsidiárias, não poderão espalhar mais as suas mentiras para justificar a guerra de Putin”, juntando que “estamos a desenvolver instrumentos para banir, na Europa, a sua desinformação tóxica e nociva” (Kayali, 2022). À interdição, a União Europeia somaria, nos meses que se seguiram, um conjunto de sanções econômicas, visando dificultar a operação dos média russos, e dos seus jornalistas, no espaço europeu.

Quando Bruno Amaral de Carvalho chegou a Lugansk na noite desse mesmo dia 28/03/2022, depois de “uma viagem de 15 horas”<sup>8</sup> a partir da Rússia, a guerra já se instalara totalmente no espaço

informativo europeu, definindo, também aí, campos antagónicos. Se, por um lado, a difusão dos média russos estava interdita, por outro, organizações europeias como a International Media Support (IMS), cujas principais fontes de financiamento são governos e agências estatais de países que não participam diretamente na guerra, como a Suécia (38%), a Dinamarca (28%) e a Noruega (12%), e a União Europeia (10%) (“Financial overview 2022”, 2022), ou apoiadas por grandes agências norte-americanas de relações públicas, como o ucraniano PR Army, haviam elaborado, com a colaboração de jornalistas ucranianos, um conjunto de orientações (“Open letter to media professionals who cover Russia’s invasion of Ukraine”, 2022; Petryk & Kulchevych, 2022). Divulgadas em 2022, sob a forma de manuais de cobertura da guerra, enunciavam, como pressuposto, a necessidade de combater “os ataques da Rússia aos nossos valores jornalísticos, a verdade, a factualidade e a honestidade nos relatos” e “a eficácia das narrativas de desinformação” russas, fundadas em “deturpações ou mal-entendidos sobre linguagem, história e política, e exacerbando as divisões existentes na sociedade” (“Open letter to media professionals who cover Russia’s invasion of Ukraine”, 2022, pp. 2-3).

Destas orientações fazem parte aspectos como a necessidade de correção de “erros comuns” de linguagem como a designação da guerra como “crise”, “conflito” ou “operação militar”, substituindo-os por noções como “a guerra da Rússia na Ucrânia”, “a invasão russa da Ucrânia”, ou a “agressão russa”. A carta aberta aos jornalistas ocidentais elaborada pela IMS alerta, por exemplo, para um “erro comum” dos média, o de colocar as perspectivas russa e ucraniana como “perspectivas idênticas” quando, avisam os autores, “as posições dos russos se baseiam na mentira, na propaganda e na negação da existência da Ucrânia como estado e como nação” (“Open letter to media professionals who cover Russia’s invasion of Ukraine”, 2022). Finalmente, além de apelarem ao uso preferencial, como fontes de informação, de “especialistas ucranianos” e, não, de “especialistas internacionais na Rússia e na Ucrânia”, os autores chamam a atenção para “a narrativa que caracteriza a guerra como uma guerra, por procuração, entre o mundo ocidental e a Rússia”, que parte do pressuposto de uma “expansão da NATO para leste”, ignorando, desse modo, a “voz democrática” dos ucranianos. Este conjunto de orientações alinha-se, desde logo, com as orientações para jornalistas, emitidas pelo governo ucraniano (“For media”, 2022), espelhadas igualmente no manual de cobertura da

guerra do ucraniano PR Army, com o qual muitos jornalistas ocidentais passaram a trabalhar ao chegar ao lado ucraniano do teatro de operações<sup>9</sup>. Alinha-se, igualmente, como veremos na presente investigação, com o campo metanarrativo ucraniano, formado e consolidado a partir de 2014 na Ucrânia (Katchanovski, 2016; Korostelina, 2014; Koval et al., 2022; Lazarenko, 2018; Smoor, 2017).

Foi neste contexto de guerra informacional que Bruno Amaral de Carvalho chegou, no final de março de 2022, ao Donbass. A presença do repórter no lado separatista e russo da guerra mereceu imediata atenção da parte de jornalistas, comentadores e políticos portugueses. A sua primeira peça, no jornal Público (Carvalho, 2022c), levou, logo no dia seguinte, a jornalista e fazedora de opinião Fernanda Câncio a afirmar-se, em uma postagem na rede Twitter, “espantada com o fato do Público estar a publicar reportagens de alguém cuja posição pró-russa é absolutamente clara” (figura 2), exigindo uma explicação da parte do jornal.

## Figura 2

### *Postagem de Fernanda Câncio*



Fonte: Twitter, 01/04/2022

Em um texto, que publicaria alguns meses depois, na sua página do Facebook<sup>10</sup>, e aproveitando o fato de o Provedor dos Leitores do jornal Público, Barata-Feyo, ter criticado, na sua coluna de 20/08/2022, o silêncio informativo do órgão acerca de um relatório da Amnistia In-

ternacional que acusava a Ucrânia de cometer crimes de guerra, Bruno Amaral de Carvalho explicaria que “esta cobertura unilateral é uma escolha editorial que a direção do Público decidiu tomar em abril quando abdicou de ser o único jornal a ter um repórter do outro lado da guerra. Antes de eu chegar ao Donbass, em março, havia um acordo verbal para vender três reportagens ao Público. Só uma é que chegou a ver a luz do dia”. O jornalista explica que, mal publicou o primeiro trabalho, “surgiram pressões internas e externas para que não se publicassem mais reportagens da minha autoria. Dentro e fora da direção do Público, incluindo jornalistas de outros meios e figuras políticas com influência, tudo fizeram para que não houvesse uma cobertura plural do conflito”.

De fato, assim que, dias depois da reportagem no Público, começou a publicar trabalhos na CNN Portugal, Bruno Amaral de Carvalho viu novamente o seu trabalho e o seu estatuto de independência jornalística postos em causa, por jornalistas, mas também por políticos, apesar da defesa que lhe foi feita pela estação televisiva, em editorial assinado pelo diretor, Nuno Santos (2022). Em 20/04/2022, em postagens em português e inglês (figuras 3 e 4), a antiga candidata presidencial Ana Gomes decidiu interpelar diretamente a CNN Internacional, questionando como é que a afiliada CNN Portugal havia conseguido “a autorização de Putin” para colocar um jornalista português a acompanhar “as forças agressoras russas” (tradução da postagem em inglês).

### Figuras 3 e 4

#### Postagens de Ana Gomes



Fonte: Twitter, 20/04/2022

Ana Gomes, que, além de ter concorrido às eleições presidenciais de 2021 foi também eurodeputada pelo partido que, à data, suportava, com maioria absoluta parlamentar, o governo português, repetiria, várias vezes, o teor das observações feitas à independência do trabalho jornalístico de Bruno Amaral de Carvalho, ligando-o ao fato de estar a acompanhar a guerra o lado do “agressor”, de se “deitar na cama” com os russos, em uma referência implícita à palavra inglesa “embedded”, de necessitar da “autorização de Putin” para poder trabalhar e de servir de amplificador à “propaganda russa”.

Poucos dias depois, seria um membro do governo a intervir na esfera pública digital. O então secretário de Estado, depois nomeado Ministro das Infraestruturas, João Galamba, decidiu ironizar, a partir de uma informação colocada na rede Twitter por Bruno Amaral de Carvalho, em que este testemunhava a ocorrência de um bombardeamento ucraniano a uma zona civil de Donetsk, colocando aspas na palavra “jornalista” para desqualificar o repórter (figura 5).

## Figura 5

### Postagem de João Galamba

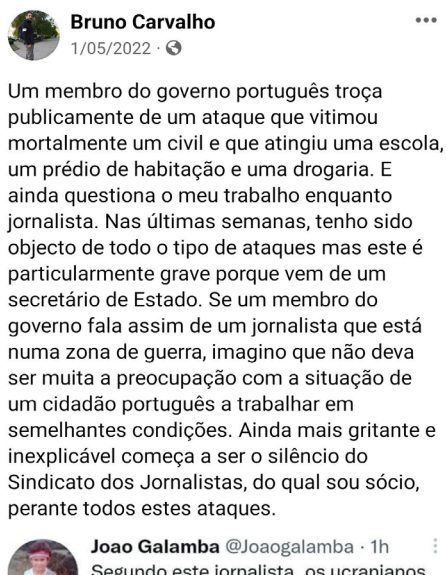


Fonte: Twitter, 01/05/2022

Este fato levou Bruno Amaral de Carvalho a escrever, no mesmo dia, nas suas redes, o seguinte texto<sup>11</sup>, no qual criticava o silêncio do Sindicato dos Jornalistas (figura 6):

## Figura 6

### Postagem de Bruno Amaral de Carvalho



Fonte: Facebook, 01/05/2022

Foi depois de mais uma série de ataques nas redes digitais que o Conselho Deontológico do sindicato se pronunciou. O órgão emitiu um comunicado em 20/05/2022 (“Conselho Deontológico repudia tentativas de censura na cobertura da Guerra da Ucrânia”, 2022), mais de duas semanas após a publicação, em 4/05/2022, em artigo que a revista Visão dedicara a Bruno Amaral de Carvalho (Santos, 2022) e no qual denunciara o repórter enquanto militante do Partido Comunista Português<sup>12</sup> - artigo que seria acompanhado de mais uma série de postagens críticas, nas redes digitais, da parte de jornalistas da revista e de outros órgãos de comunicação social<sup>13</sup>. No comunicado, o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas começa por repudiar “todas as atitudes que possam configurar tentativas de censura, de condicionamento e de limitação ao acesso à informação por parte jornalistas e da opinião pública” e recorda que

“uma das formas tradicionais de manipulação da opinião pública é a tentativa de calar ou de descredibilizar as informações e as pessoas que mostram pontos de vista divergentes” (“Conselho Deontológico repudia tentativas de censura na cobertura da Guerra da Ucrânia”, 2022, p. 3). No mesmo documento, o órgão descreve, como dever ético dos jornalistas, o de “assegurar uma cobertura dos acontecimentos de modo a permitir que o público consiga ter uma visão geral, plural e diversificada dos distintos lados dos acontecimentos”.

Bruno Amaral de Carvalho registou, por várias vezes, nas redes sociais digitais, o fato de ser o único repórter português a acompanhar o conflito no lado separatista ou russo. Também, em várias dessas ocasiões, referiu o deserto informativo vigente nos media portugueses (e, em geral, ocidentais) acerca de acontecimentos passados “do outro lado”. Foi o caso do bombardeamento a um hotel de Donetsk onde estavam alojados jornalistas que cobriam o lado separatista e russo da guerra, caso que levou Bruno Amaral de Carvalho a anotar na rede Facebook, a 16/08/2022<sup>14</sup>, que “o silêncio absoluto sobre um ataque contra este hotel cheio de jornalistas é algo que mostra uma parte sinistra desta guerra”. Um mês depois<sup>15</sup>, assinalaria o fato de ser “o único jornalista a trabalhar para meios europeus em todos os territórios controlados pelas forças pró-russas”, considerando estar perante “a morte da pluralidade e do equilíbrio na cobertura de uma guerra cujas armas também são pagas com os nossos impostos. Exigia-se mais escrutínio sobre os dois lados, mas não é isso que está a acontecer”. Finalmente, no texto em que informa do regresso a Portugal, a 12/10/2022<sup>16</sup>, Bruno Amaral de Carvalho escreve que “havia quem em Portugal se dedicava a esperar a mínima falha para tentar desacreditar o meu trabalho”, denunciando que “queriam que não houvesse nenhum jornalista daquele lado porque a única coisa que lhes importa é a propaganda e não o jornalismo”.

#### **4 A Ucrânia como campo de batalha de metanarrativas**

Enquadramo-nos, na presente investigação, em uma conceitualização de narrativa, de base semiótica, que consiste nos “signos materiais, o discurso, que transportam um sentido (ou conteúdo), a história, cumprindo uma determinada função social” (Ryan, 2007, p. 24). Tratando-se de uma definição ampla não é, contudo, inócua, do ponto de vista analítico, quando aplicada ao estudo do jornalismo:



possibilita, desde logo, uma abordagem à produção jornalística já não no seu caráter intrinsecamente fragmentário, ocasional ou casuístico, mas como produção discursiva de sentido.

O jornalismo passa a poder ser analisado a partir dos modos como elabora e organiza uma visão narrativa do mundo, face aos acontecimentos que relata, construindo uma rede coerente de significações que produzem, depois, sentido socialmente partilhado e se transformam, desse modo, em um sistema de interpretação dos acontecimentos, que são, assim, incorporados na experiência individual e societal. Importam menos a esta análise os relatos isolados de cada fato ou acontecimento, mas, antes, a construção metanarrativa que lhes sobrejaza. Ao tomarmos a narrativa jornalística que nos propomos debater como “ferramenta na criação de significações sociais” (Korostelina, 2014, p. 271), passamos a poder analisá-la como “institucionalização da memória social numa história coerente que tanto legitima as estruturas de poder como proclama os fundamentos da resistência” (p. 272).

Luiz Gonzaga Motta dedica um dos capítulos da sua obra sobre análise crítica da narrativa, precisamente, à narratividade do jornalismo e sua analítica. Motta (2013) examina as condições em que o relato jornalístico, mesmo o noticioso que reordena selvaticamente o tempo, para usar a expressão do autor, é passível de uma analítica baseada na narrativa, desde que a constituamos enquanto sentido final, a partir dos fragmentos pelos quais são introduzidos, ao longo das coberturas, os respetivos “conflitos estruturantes, os papéis dos agentes, heróis, vilões, adjuvantes” (p. 97). É desta (re)tessitura que emergirá, para Gonzaga Motta (2013), “uma representação (mimese) que fará surgir também a moral da estória (as metanarrativas de fundo)”<sup>17</sup>. É também neste sentido, da edificação implícita de uma moral da história ou até mais exatamente da paulatina e aparentemente dispersa constituição de uma história moral, que a operação propagandística se realiza e materializa nas coberturas jornalísticas, nomeadamente quando estamos em presença de lances discursivos estratégicos em torno, por exemplo, de um conflito bélico, como o que aqui analisamos.

Reunir, pois, “fragmentos dispersos das notícias isoladas em uma unidade temática coerente” torna-se, para Gonzaga Motta (2013, p. 99), uma “necessidade metodológica inicial” – passo, para o autor, “constituente já da análise em si”. Na linha da análise crítica do discurso (ACD), proposta por Teun van Dijk, Motta irá recuperar o conceito de macroproposição global do texto, que configura o sentido das diferentes sequências por via de “macroprocessos” de conhecimento baseados

“no conhecimento do mundo, nas crenças e nos interesses pessoais” (Motta, 2013, p. 101). Por outras palavras, aquilo a que van Dijk (2005) chamou “modelos mentais” a partir dos quais se estabelece interface entre convicções pessoais e modelos ideológicos gerais, segundo o esquema que designou por “quadrado ideológico”, enfatizar o bem próprio e o mal do outro, iludir o mal próprio e o bem do outro, estratégia discursiva-narrativa, a mais típica na propaganda de guerra (p. 18).

Macroestruturas semânticas e macroproposições negativas sobre a parte russa do conflito, como as referentes, a título de meros exemplos, à “impreparação do exército russo” (colunas blindadas atoladas), à sua crueldade nos bombardeamentos de alvos civis (“Relembre os maiores ataques da Rússia contra a Ucrânia em 50 dias de guerra”, 2022), com a produção organizada de massacres (Bucha, teatro de Mariupol) (Correia, 2022), os bombardeamentos russos sobre escolas, parques infantis, orfanatos, infantários, instalações de tempos livres para as crianças (Pereira & Silva, 2022) ou, ainda, a vasta cobertura dedicada à declaração da primeira-dama ucraniana, Ole-na Zelenska, em Londres, segundo a qual as mulheres dos soldados russos em campanha instigavam os seus maridos a violar mulheres ucranianas (“Zelenska acusa mulheres russas de encorajar maridos a violar ucranianas”, 2022). Na construção inversa de sentido, outro noticiário contrastava sob a forma de macroproposições positivas acerca do lado ucraniano, esta versão de brutalidade gratuita dos russos, através da narratividade de uma espécie de poética entre ruínas, de que é exemplo uma matéria publicada pelo O Globo e replicada nos media de numerosos outros países, sobre os casamentos de jovens noivos ucranianos, celebrados no meio da destruição da guerra (“Casamentos desafiam bombardeios na Ucrânia: ‘minha casa estava em ruínas, mas nossas vidas não’”, 2022).

O caso da Ucrânia é, assim, particularmente elucidativo deste modo de operação das metanarrativas. O papel dos media na produção de sentido acerca do processo histórico recente tem vindo a ser, reiteradamente, considerado fulcral, sustentando a elaboração de narrativas, não apenas, nos relatos factuais, mas também na comunicação política e na propaganda governamental (Katchanovski, 2016). As metanarrativas assumem, deste modo, um carácter estratégico, que “é configurado ao nível do estado e, depois, disseminado através da comunicação mediática” (Lazarenko, 2018, p. 3), tendo como resultado “uma guerra de narrativas, propaganda e desinformação que utiliza os média sociais e tradicionais” (Koval et al., 2022, p. 175).

A psicóloga social Karina Korostelina, que contribui regularmente com estudos para o Departamento de Estado e para a agência governamental USAID, nos Estados Unidos, já se debruça há mais de uma década sobre a relação problemática entre as diversas visões de identidade nacional e as narrativas que, destas visões, têm vindo a emergir na sociedade ucraniana, transformando-a num “palco de lutas entre distintas e, muitas vezes, inconciliáveis narrativas, representando diferentes conceitos de identidade nacional” (Korostelina, 2014, p. 269).

Em um artigo em que desenvolve esta associação a partir dos protestos da praça Maidan, em Kiev, entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014, que resultaram na destituição do então presidente Viktor Yanukovich e na sua substituição por um governo pró-ocidental, a autora propõe a distinção entre cinco narrativas principais. A partir destas cinco narrativas, Korostelina sugere a emergência de dois pólos de difícil conciliação (Korostelina, 2014, pp. 274-281): um polo fundado nas narrativas de luta pela identidade étnica ucraniana e de reconhecimento da identidade étnica ucraniana, ambas ligando a identidade nacional a um etnicidade ucraniana eminentemente europeia, que constituiriam uma parte substancial da base narrativa de apoio aos protestos e à destituição do presidente Yanukovich e viriam a fornecer os representantes que compuseram o governo interino (pp. 282-283); e um outro polo, fundado em narrativas de identidade dual e pró-soviéticas, que desligavam a identidade nacional de uma única etnicidade, incluindo naquela, para além da etnicidade ucraniana, a etnicidade russa e as de outras minorias, bem como as populações ucranianas russófonas, estabelecendo, desse modo, uma identidade nacional fundada em uma convergência entre etnicidades eslavas.

É neste polo de narrativas que a autora identifica o apoio social à anexação da Crimeia pela Rússia e base de recrutamento para a insurreição no leste contra a instalação do governo interino em Kiev, que resultaria na guerra no Donbass (Korostelina, 2014, p. 283). Sem envolvimento no executivo do primeiro-ministro interino Arsenii Yatsenyuk mas, igualmente, contra quaisquer formas de intervenção russa, acabariam por se situar os representantes das narrativas Multiculturais-Cívicas cuja participação nos protestos da praça Maidan foi também identificada por Korostelina.

Os trabalhos de Karina Korostelina seriam, posteriormente, citados, acompanhados e desenvolvidos por outros investigadores, provindos de áreas tão distintas como as relações internacionais, a ciência política ou a comunicação (Katchanovski, 2016; Koval et al., 2022;

Lazarenko, 2018; Smoor, 2017). Nestes estudos desenha-se, progressivamente, uma extrapolação geopolítica dos dois polos narrativos enunciados por Korostelina. Estes deixam de emergir, apenas, como polos associados, internamente, à sociedade ucraniana, passando a surgir na formação de “inúmeras narrativas totalmente conflitantes sobre a guerra no Donbass” (Katchanovski, 2016, p. 2), na Europa e nos Estados Unidos, por um lado, e na Rússia, por outro, fazendo com que “os ucranianos se achem, continuamente, no meio de um campo de batalha virtual de discursos mediáticos” (Lazarenko, 2018, p. 3). O fato de se tratar de estudos que acompanham diacronicamente o conflito na Ucrânia até a intervenção russa de fevereiro de 2022 fornece-nos uma base fecunda para a delimitação destas macroestruturas narrativas, distribuindo-as em dois grandes campos: um campo meta-narrativo ucraniano, e um campo metanarrativo russo (ver tabela 1).

### Tabela 1

#### *A batalha pelo controlo das metanarrativas na Ucrânia (2014-2022)*

<b>Campo metanarrativo ucraniano</b>	<b>Campo metanarrativo russo</b>
- O Euromaidan de 2014 foi uma revolução “legítima” (Lazarenko, 2018) contra o governo, que queria “privar a Ucrânia” da associação à União Europeia, e foi o resultado de meses de protestos “pacíficos” que foram reprimidos pelas autoridades (Smoor, 2017; Lazarenko, 2018).	- O que aconteceu em 2014, na praça Maidan, em Kiev, foi um golpe de estado inconstitucional que visou impedir o presidente Yanukovich de fazer um acordo com a Rússia (Smoor, 2017), instalando um governo controlado pelos Estados Unidos (Katchanovski, 2016).
- O Ocidente apoiou, e continua a apoiar, a luta ucraniana pela liberdade e independência.  - Fornecimento de armamento e treino militar pelos Estados Unidos é uma vitória da luta ucraniana (Lazarenko, 2018).	- Ocidente patrocinou e envolveu-se na mudança de regime na Ucrânia em 2014 (Lazarenko, 2018), instalando em Kiev um regime “fantoche da NATO” (Smoor, 2017), com o objetivo de cercar a Rússia através da expansão da presença militar, enganando e humilhando a Rússia desde 1990 (Smoor, 2017), e criando uma “ameaça existencial” a Moscovo.
- Com a revolução Euromaidan, a Ucrânia quis deixar para trás uma herança soviética corrupta e aderir ao modelo europeu (Smoor, 2017).	- Aparelho de estado ucraniano pós-2014 é totalmente anti-russo e dominado por forças fascistas e neonazis (Katchanovski, 2016; Smoor, 2017). O golpe de 2014 contou com o envolvimento direto de organizações fascistas e neonazis de extrema-direita, que atacaram a polícia transformando protestos pacíficos em violentos (Lazarenko, 2018).

---

- A Rússia é um agressor imperialista, liderado por um ditador (Smoor, 2017), que se opõe a um estado ucraniano soberano e independente e interfere nos assuntos internos do país (Korostelina, 2014; Smoor, 2017).

- Golpe de 2014 instalou cultura russofóbica nacionalista e antidemocrática na Ucrânia (Smoor, 2017), proibindo os partidos políticos comunistas e formações saudosistas da União Soviética, e o uso e ensino da língua russa em locais públicos e escolas.

---

- Os russos negam uma etnicidade específica aos ucranianos, e atua contra estes ignorando a lei internacional (Smoor, 2017).

- Os russos e os ucranianos são “povos irmãos” (Smoor, 2017).

---

- Governo saído da revolução Euro-maidan substituiu o governo altamente corrupto do presidente Viktor Yanukovich (Smoor, 2017; Lazarenko, 2018).

- A Ucrânia pós-Maidan é um estado corrupto e oligárquico (Smoor, 2017).

---

- A Crimeia é parte integrante do território da Ucrânia, tendo sido a integridade territorial do país internacionalmente garantida pela Rússia a partir da assinatura do memorando de Budapeste, em 1994 (Smoor, 2017).

- A Crimeia é historicamente russa e tem o direito à autodeterminação (Smoor, 2017), sendo a anexação, em 2014, consequência e “reparação da justiça histórica” (Lazarenko, 2018) dos referendos que, desde 1991 até 2014, se realizaram no território.

---

- Não há uma guerra civil no Donbass, mas a resposta militar legítima a uma invasão e agressão russa (Katchanovski, 2016).

- A situação no Donbass desde 2014 é de “guerra civil” não envolvendo tropas russas (Katchanovski, 2016; Lazarenko, 2018).

- Tropas russas provocaram a insurreição no Donbass (Lazarenko, 2018).

- Povos do Sul e do Leste da Ucrânia insurgiram-se contra o golpe anticonstitucional que destituiu um presidente democraticamente eleito (Katchanovski, 2016).

- O exército ucraniano combate o exército russo no Donbass desde 2014 (Katchanovski, 2016), e os separatistas “não são ucranianos”, mas russos, havendo uma “falta de ucrainicidade” nas populações do Donbass (Lazarenko, 2018).

- A Ucrânia está a ser usada como frente de batalha entre o Ocidente e a Rússia, recebendo apoio, treino e armamento da NATO desde 2014 (Lazarenko, 2018).

---

- Os bombardeamentos contra populações civis no Donbass não são da responsabilidade do exército ucraniano, mas dos separatistas russos, que são terroristas (Katchanovski, 2016).

- Ucrânia declarou guerra ao seu próprio povo no Donbass, que tem sido vítima “de genocídio” através de bombardeamentos indiscriminados contra civis (Katchanovski, 2016), desde que o governo de Kiev instituiu a “operação anti-terrorista” (ATO) em 2014.

---

- Situação no Donbass é o resultado da política imperialista russa (Lazarenko, 2018).

- A Ucrânia não faz parte de qualquer estratégia expansionista da Rússia (Lazarenko, 2018).

---

- Separatismo no Donbass não tem apoio popular (Katchanovski, 2016).

- Separatismo no Donbass tem elevado apoio popular (Katchanovski, 2016).

---

Tendo em conta que “cada uma das histórias assim descritas – as metanarrativas – devem uma configuração específica do discurso, ou uma configuração da realidade” (Lazarenko, 2018, p. 9), é a

realidade, e a interpretação da realidade, que passam a estar em jogo na produção jornalística sobre o conflito. Mesmo que, a partir de 24/02/2022, a intervenção militar russa direta tenha vindo a somar novos elementos narrativos, assumimos a hipótese de estes se poderem acomodar no interior dos campos metanarrativos criados, aumentados e alimentados ao longo dos anos anteriores. Aplicaremos, por isso, a grelha analítica deles resultante para abordar a questão que o nosso trabalho propõe.

## **5 Do jornalismo como combate: os trabalhos de Bruno Amaral de Carvalho**

Para analisarmos a produção discursiva e, especificamente, jornalística, do repórter português, relacionando-a com as macroestruturas narrativas, obtidas a partir da literatura, sobre o conflito na Ucrânia, recorreremos aos conteúdos das peças que, nesse período, enviou para publicação na CNN Portugal. Uma vez que nos propomos interrogar o debate gerado, em Portugal, pela presença de Bruno Amaral de Carvalho no lado russo da guerra, restringimos a análise à produção jornalística do repórter emitida pela CNN Portugal, desconsiderando, desse modo, a sua colaboração regular com o jornal *Nós Diário*, destinada ao público galego, bem como as colaborações com os jornais portugueses *Público* e *A Voz do Operário* e com o jornal basco *Gara*, pelo seu caráter pontual.

No período a que nos reportamos, o portal CNN Portugal permite aceder a um total de 22 peças atribuídas ao jornalista<sup>18</sup>, reportando-se nove dos trabalhos ao mês de abril de 2022. Os primeiros oito trabalhos foram feitos em Mariupol, cidade que era, à data, o centro dos principais combates do conflito.

Os trabalhos assinados por Bruno Amaral de Carvalho, emitidos e disponibilizados online, pela CNN Portugal, no período em análise, inserem-se em três zonas distintas, do ponto de vista dos dois grandes campos metanarrativos delimitados pela literatura anteriormente descrita: o campo metanarrativo russo, propriamente definido, validando elementos narrativos deste campo; o contra-campo metanarrativo ucraniano, desmontando elementos da metanarrativa ucraniana; e uma zona neutra, sem referências a qualquer dos dois campos. Em concreto:

1. Neutra: em oito das 22 peças, emitidas nos dias 9/04, 17/04, 24/04 (todas em Mariupol), 29/04 (Donetsk), 3/05 (Mariupol), 6/05 (Lugansk), 21/06 e 23/09 (a) (Donetsk) não se fazem quaisquer referências que permitam inserir o conteúdo discursivo em qualquer dos dois campos, relatando-se apenas os factos diretamente observados pelo repórter e as entrevistas por este realizadas, sem o estabelecimento de quaisquer relações causais ou atribuição de autoria e responsabilidades, isto é, referem-se, por exemplo, bombardeamentos, mas não se refere a sua proveniência, entrevistam-se vítimas, mas estas não atribuem responsabilidades pela sua condição nem qualquer posicionamento político perante o conflito;

2. Campo metanarrativo russo: em oito das 22 peças, emitidas nos dias 3/04, 14/04, 18/04 (Mariupol), 6/06, 12/08, 22/09, 23/09 (b) e 3/10 (Donetsk), há referências remissíveis ao campo metanarrativo russo, no sentido em que os relatos do jornalista se inserem, ou confirmam, alguns dos elementos narrativos russos pré-existentes a esta fase do conflito. Nestes trabalhos, Bruno Amaral de Carvalho relata acusações da população de Mariupol ao “neo-nazi batalhão Azov” (3/04, 14/04, 18/04), por este usar civis como escudos humanos (3/04) ou por maltratar a população local (14/04, 18/04); faz reportagens de bombardeamentos ucranianos a Donetsk e à região (6/06, 12/08), referindo o início do conflito a 2014, quando começou “a guerra civil” e “a população e as milícias se insurgiram contra o novo governo de Kiev” (6/06); ou reforça a autoria ucraniana dos bombardeamentos a um hotel com jornalistas em Donetsk e, entrevistados, moradores de uma localidade próxima referem o desejo de “expulsar os fascistas daqui” ou que “os americanos e vocês (ocidentais) permitem que sejamos atingidos com estas armas” (12/08); ou refere o apoio popular à adesão da região de Donetsk à Rússia, expres-

so em entrevistas realizadas antes (22/09), durante (29/09(b)) e depois (3/10) dos referendos que antecederam o ato de incorporação dos territórios de Donetsk, Lugansk, Zaporizhzhya e Kherson na Federação Russa;

3. Contra-campo metanarrativo ucraniano: em seis das 22 peças, emitidas nos dias 11/04, 27/04 (Mariupol), 19/07 (Lugansk), 4/08, 23/08 e 26/08 (Donetsk), há referências remissíveis ao campo metanarrativo ucraniano, embora, nestes casos, estas referências surjam como desmontagem ou negatização de elementos deste campo, nomeadamente os elementos relacionados com a caracterização da Rússia como “agressor” e como estado “violador da lei internacional”. Desmontam-se, igualmente, elementos narrativos como os que atribuem a russos os ataques contra civis no Donbass controlado por forças russas ou separatistas. Nestes trabalhos, Bruno Amaral de Carvalho não confirma, no terreno, após visita às ruínas do Teatro de Mariupol (11/04), a versão ucraniana de que teriam morrido mais de mil pessoas no ataque ao edifício, transmitindo também as versões contraditórias de ucranianos e russos quanto à atribuição da autoria. Desmente, igualmente, através de reportagem no terreno, realizada em dois cemitérios de Mariupol, a versão ucraniana e ocidental de que, nesses cemitérios, os russos haviam escavado valas comuns, mostrando centenas de campas individuais recentemente abertas (27/04). Expõe declarações de presos de guerra ucranianos, feitas em uma conferência de imprensa em Lugansk, em que estes referem estar a ser bem tratados e que os russos “querem trocar-nos por soldados russos” (19/07). Em reportagens realizadas em Donetsk (4/08, 23/08 e 26/08), Bruno Amaral de Carvalho relata bombardeamentos a zonas civis da cidade, como foi o caso de um hotel que alojava jornalistas que cobriam o lado russo da



guerra (4/08), ataque que, apesar de se referir na peça jornalística que a Ucrânia negou, o repórter e uma jornalista que entrevistou, não tiveram dúvidas em atribuir ao exército ucraniano, adiantando que “é muito difícil acreditar que os serviços de inteligência ucranianos não soubessem da presença de jornalistas no hotel”. Dias mais tarde, após um ataque ao edifício da administração civil pró-russa de Donetsk, Bruno Amaral de Carvalho refere que “nenhum lugar está a salvo aqui na cidade de Donetsk” (23/08). Alguns dias passados (26/08), o repórter relata os bombardeamentos do centro de Donetsk com pequenas minas “pétala”, veiculando entrevistas a civis que referem que “é a Ucrânia que faz isto tudo”, “são monstros” que “fazem a guerra contra mulheres e crianças” e que a utilização deste tipo de minas pretende “assustar a população local”.

Apesar de uma quantidade não negligenciável (36.4%) de trabalhos que não é possível classificar em qualquer dos dois campos metanarrativos, resulta daqui a constatação de que o trabalho jornalístico do repórter no terreno, realizado em zonas e cidades controladas pelas tropas russas e separatistas, veiculou, tendencialmente, as metanarrativas do campo russo (63.6%), quer positivamente, confirmando-as ou reforçando-as (36.4%), quer como verificação e rejeição das metanarrativas do campo ucraniano (27.2%). Ou seja, Bruno Amaral de Carvalho construiu, tendencialmente, narrativas jornalísticas relacionadas com a experiência da guerra, vivida a partir da perspetiva russa, separatista ou, simplesmente, a das vítimas civis que o conflito causou desse lado, sujeitas ao testemunho direto do repórter. Esta constatação está em linha com as evidências recolhidas em trabalhos de investigação sobre a cobertura jornalística realizada desde a eclosão do conflito no Donbass, a partir de uma perspetiva russa.

Comparando os framing jornalísticos de três estações de televisão, uma ucraniana, uma russa e uma americana, a investigação de Roman et al. (2017) evidenciou que, na Rússia, o Channel One privilegiou, no início do conflito, enquadramentos como o do elevado número de vítimas civis, o de uma “ação punitiva” do estado ucraniano sobre as populações do Donbass, e o da remissão a qua-

lificações históricas da Segunda Guerra Mundial para caracterizar as “autoridades de Kiev”, como “fascistas” ou “extremistas” (Roman et al., 2017, pp. 371-373). Nygren et al. (2018) identificaram, igualmente, diferenças substanciais nas perspectivas comparadas da cobertura em meios de comunicação de países como a Ucrânia, a Rússia, a Polônia e a Suécia. Em 2014, já a perspectiva russa, distinta de todas as restantes, colocava ênfase em elementos como a “guerra civil” no Donbass, o significado geopolítico de uma luta entre o ocidente e a Rússia dentro de território ucraniano, a defesa de uma etnicidade russa, contra o “ultranacionalismo” e o “fascismo” pelas milícias populares de Donetsk e Lugansk, e a condição dos civis do Donbass como vítimas a necessitar de apoio humanitário (Nygren et al., 2018, pp. 1.063-1.067).

Todos estes elementos estão presentes, em maior ou menor grau, na cobertura jornalística de Bruno Amaral de Carvalho. Será, contudo, esta constatação, suficiente para se poder legitimar a desqualificação, do ponto de vista da independência jornalística, do trabalho do repórter, reduzindo-o a um papel de mera amplificação de um dos campos metanarrativos, e expondo-o, por consequência, à associação entre o jornalismo que produziu com a sua presença no Donbass e a propaganda russa, que constituiu a base da degradação simbólica que lhe foi dirigida, por políticos e jornalistas, na esfera pública portuguesa?

## 6 Considerações finais

Descrivendo o que encontrou na Bósnia-Herzegovina, quando, como repórter, foi destacado para cobrir a guerra na ex-Jugoslávia, na década de 1990, o antigo, e já falecido, jornalista português Carlos Santos Pereira (2005, p. 151) revela que era, então, “nítido que os jornalistas chegavam ao teatro da Bósnia já com ideias feitas e um ângulo de reportagem pré-determinado, e com uma agenda muito circunscrita e no fundamental aos objetivos dos respectivos governos”. Na mesma obra, *Guerras da Informação – Militares e Média em Cenários de Crise*, o experiente repórter sinaliza também o fato de “nas conversas entre jornalistas em Sarajevo qualquer um que ousasse pôr minimamente em causa a versão adotada dos acontecimentos significava incorrer no risco de se ver ostracizado pela confraria”.

Um dos ângulos da presente investigação aborda, precisamente, a degradação simbólica a que Bruno Amaral de Carvalho foi sujeito pela “confraria” jornalística, submetendo-o a um duplo combate enquanto se encontrava em um território em guerra. Trata-se de um processo em que se verificam vários dos elementos descritos na literatura acerca da rotulagem (Becker, 1997; Watson & Hill, 2012) e da deslegitimação (Amossy, 2022), e na que se debruça sobre o assassinato de caráter (Icks, 2020; Shiraev et al., 2021), quer a que insere esta no campo das estratégias de propaganda, sendo aplicáveis, no caso de Bruno Amaral de Carvalho, os ataques por grupos de pressão (flak), e o fato de uma das linhas de ataque se fundar na exposição e exploração pública da sua militância no Partido Comunista, fazendo acionar o filtro ideológico do anti-comunismo (Herman & Chomsky, 2002), entretanto teoricamente estendido à Rússia pós-soviética (MacLeod, 2019b; Zollmann, 2019).

Embora o repórter tenha reagido, apenas, quando foi publicamente atacado por políticos da área governamental, exigindo então uma tomada de posição ao Sindicato dos Jornalistas, também teve de se defender dos ataques que vários jornalistas portugueses lhe desferiram nas redes sociais digitais e em artigos que lhe dedicaram nas suas publicações. Tratou-se de ataques em que o seu estatuto de independência foi, por isso, posto em causa, colocando, desse modo, igualmente, em causa, o jornalismo produzido. A degradação simbólica do mensageiro resulta, assim, em uma degradação simbólica da mensagem. Esta deixa o campo do jornalismo e da informação, passando simbolicamente, desqualificada, deslegitimada e desautorizada, para o campo da propaganda e da desinformação, sendo que é ao primeiro que os autores dos ataques associam a informação produzida a partir do lado ucraniano da guerra, e é ao segundo que associam a informação produzida a partir do lado separatista e russo.

Esta não é, contudo, uma linha divisória clara, ou, muito menos, consensual, na comunidade jornalística internacional. Experientes jornalistas e antigos correspondentes de guerra ocidentais, como o australiano John Pilger, ou os americanos Stephen Kinzer, Chris Hedges, Seymour Hersh e Patrick Lawrence, vários deles prémios Pulitzer, têm vindo a denunciar o alinhamento, sem precedentes, entre a produção jornalística ocidental e a propaganda de guerra do governo ucraniano e dos governos dos principais países europeus. Estes autores convergem na ideia de que nunca, como na cobertura da guer-

ra da Ucrânia, se atingiu, no jornalismo ocidental, um tão flagrante desequilíbrio na atenção jornalística dada aos dois lados do conflito, assinalando que “para os que, como nós, foram correspondentes de guerra numa época em que os conflitos eram relatados de várias perspectivas, a unilateralidade do jornalismo sobre a Ucrânia impressiona ainda mais (...) no conflito, nenhum dos lados detém o monopólio da virtude” (Kinzer, 2023, p. 14). As críticas destes jornalistas aos media de massas incluem o fato de estes “desacreditarem ou censurarem abertamente qualquer informação que contrarie a narrativa dominante sobre a Ucrânia, por mais factual que seja” (Hedges, 2022, p. 1), sendo que “as notícias, na maioria, não são notícias, mas uma litania unilateral de chauvinismo, distorção e omissão. Estive numa série de guerras e nunca dei conta de propaganda tão descarada” (Pilger, 2022, p. 22).

É certo que a presente investigação evidenciou que o trabalho jornalístico de Bruno Amaral de Carvalho, no Donbass controlado pelas forças russas e separatistas, reproduziu tendencialmente as metanarrativas russas. Esta constatação poderia, até certo ponto, legitimar a associação que os ataques feitos ao jornalista pretendiam promover, de que este apenas se limitaria a amplificar a propaganda de guerra russa, sendo, quando muito, um “jornalista”, degradado, assim, por uma ironia entre aspas, como foi retratado em uma entrada do então secretário de Estado João Galamba na rede Twitter.

Uma das limitações assumidas, à partida, pelo âmbito deste estudo, é o fato de não termos colocado a teste o trabalho de nenhum outro jornalista português, das dezenas de enviados ao lado ucraniano, no mesmo período. Será, contudo, relativamente seguro assumirmos que o trabalho destes enviados não terá feito mais do que reproduzir, massivamente, as metanarrativas ucranianas, uma vez que isso corresponde ao já demonstrado alinhamento histórico dos media com as opções da política externa dos seus países, em situações de guerra (Allan & Zelizer, 2004; Hedges, 2022; Kellner, 2008; McLaughlin, 2016; Miller, 2004; Nohrstedt, 2009; C. S. Pereira, 2005), narrativas que têm sido, por isso, “dominantes” ou, até, “unilaterais” no jornalismo ocidental sobre a guerra da Ucrânia (Hedges, 2022; Kinzer, 2023; Pilger, 2022), e, por maioria de razão, no jornalismo português, monopolizando o espaço narrativo. Nesse sentido, o trabalho de Bruno Amaral de Carvalho foi, efetiva e simbolicamente, um trabalho solitário, fazendo-o imediatamente emergir como voz

dissonante, desconforme, desalinhada, desconcertante na exata medida das mensagens por ele produzidas.

Há literatura bastante para demonstrar que, em tempo de guerra, existindo um lado assumido pelo sistema mediático como “seu”, este se manifesta através do silenciamento ou da degradação simbólica de vozes dissonantes (Bennett, 1990; Hallin, 1989; Heenan, 2010; Murray et al., 2008), tentando envolvê-las, estrategicamente, em uma espiral de silêncio (Noelle-Neumann, 1974), que Bruno Amaral de Carvalho recusou sempre, combatendo. Em entrevista que deu a 20/07/2022 ao portal Sapo Notícias, o repórter declara que “era importante que existisse uma cobertura mais alargada deste lado da guerra, feita por diferentes órgãos de comunicação social. Ficaríamos todos a ganhar se houvesse outras vozes, além da minha, a reportar o que se passa aqui” (Carvalho, 2022b). Apesar da sua solidão efetiva e simbólica, e independentemente da maior ou menor miscigenação do seu trabalho nas metanarrativas do lado russo, a dissonância de Bruno Amaral de Carvalho contribuiu, efetivamente, para a constituição de informação mais ampla, complexa, densa e completa sobre o conflito, veiculando outras visões dos acontecimentos, fornecendo dados para um melhor enquadramento histórico, político e social, e fazendo emergir as vozes de vítimas raramente escutadas, ou seja, corporizando vários dos elementos do que Johan Galtung (2003) teorizou como jornalismo de paz.

Se nos parece compreensível que os repórteres deslocados em um e no outro lado do conflito tendam a reportar (até pela natureza das fontes primaciais a que acedem) no sentido das metanarrativas do respetivo lado, já nos parece deontologicamente doloso e perigosamente antidemocrático que as organizações de media não assegurem o envio de repórteres para posições em que o relato que é produzido por cada organização seja completo e multilateral. É este último o caso do conflito na Ucrânia e da sua cobertura “ocidental”, com a agravante de o jornalismo corporativo ter, na sua generalidade, aceitado sem contestação de maior e, por vezes, mesmo, sem qualquer contestação, a imposição censória que vitima a eles e aos seus públicos. Neste sentido, ganha dimensão acrescida o jornalismo de combate que, devido às circunstâncias ou à convicção pessoal, foi tomado em mãos por Bruno Amaral de Carvalho.

## NOTAS

- 1 Carvalho, B. (2022, setembro 17). Neste momento, depois da partida do repórter [Texto]. Facebook. Recuperado de <http://tinyurl.com/yun49dts>
- 2 Tal como é anotado pelo jornalista João Pedro Lobato (portal Sapo Notícias), em uma entrevista a Bruno Amaral de Carvalho (20/07/2022). Recuperado de <http://tinyurl.com/bdhn3y6u>
- 3 Glossary of Broadcast News Terms, University of Wisconsin. Recuperado de <http://tinyurl.com/yh9u3kw6>
- 4 A expressão “intervenção humanitária” tem sido usada para definir o uso da força de um Estado ou grupo de Estados contra outro Estado, sem a permissão deste, com o objetivo declarado de pôr fim a violações graves de direitos humanos no território do Estado contra o qual a força é usada. O conceito é controverso, ambíguo e não está codificado no direito internacional.
- 5 Ruth Amossy (2022, pp. 2-3) introduz na sua reflexão duas definições razoavelmente convencionais de “legitimidade” e que aqui são adotadas: citando Serge Braudo, “a ‘legitimidade’ é a conformidade com um princípio superior que, numa dada sociedade e num dado momento, é considerado justo [...] A noção de legitimidade é culturalmente contingente”, e Hélène Hatzfeld, “a legitimidade é o direito reconhecido a uma pessoa (ou a várias pessoas) de falar e de agir em nome de princípios, valores, regras ou leis [...] Os princípios em que se baseia a legitimidade são de natureza diversa: princípios morais e políticos, hábitos, direitos, normas... A hierarquia destes princípios varia consoante os indivíduos e as sociedades e está na origem de numerosos litígios”.
- 6 Carvalho, B. (2022, março 28). Uma das primeiras descobertas ao meter um cartão russo [Texto]. Telegram. Recuperado de <https://t.me/brunocarvalhoDonbass/7>
- 7 Carvalho, B. (2022, março 28). [Fotos]. Recuperado de <https://t.me/brunocarvalhoDonbass/8>

- 8 Carvalho, B. (2022, março 28). Boa noite a todos. [Texto]. Recuperado de <https://t.me/brunocarvalhoDonbass/13>
- 9 Sugere-se, a este propósito, a consulta da lista de media internacionais de referência com os quais o Ukrainian PR Army colabora regularmente, bem como os testemunhos de jornalistas acerca dessas interações, na página: Recuperado de <https://www.pr.army/journo>
- 10 Carvalho, B. (2022, agosto 20). Este sábado, o Provedor do jornal Público tece [Texto]. Facebook. Recuperado de <http://tinyurl.com/4fmcej3>
- 11 Carvalho, B. (2022, maio 1). Um membro do governo português troça publicamente [Texto]. Facebook. Recuperado de <http://tinyurl.com/2s4cd2ae>
- 12 O Partido Comunista Português (PCP) integra a Coligação Democrática Unitária (CDU) com o Partido Ecologista Os Verdes (PEV), e é sob esse formato que tem vindo a concorrer às eleições em Portugal.
- 13 Neste período, há registos, entre muitos, de postagens na rede Twitter, de jornalistas como Mafalda Anjos e Luís Ribeiro (Visão), e ainda, Susana André e Iryna Shev (SIC), Ana França (Expresso), e Rita Marrafa de Carvalho (RTP), todas jornalistas que efetuaram trabalho a partir do lado ucraniano do conflito.
- 14 Carvalho, B. (2022, agosto 16). No meio de sucessivos bombardeamentos, há ideias [Texto]. Facebook. Recuperado de <http://tinyurl.com/6ejfhfev>
- 15 Carvalho, B. (2022, setembro 17). Neste momento, depois da partida do repórter [Texto]. Facebook. Recuperado de <http://tinyurl.com/yun49dts>
- 16 Carvalho, B. (2022, outubro 12). Março foi há 15 quilos atrás. Uma vida [Texto]. Facebook. Recuperado de <http://tinyurl.com/>

com/4yhfnj9t

- 17 Em outro texto, Motta (2007, p. 14) aponta com concretude a sua conceção de metanarrativa ao tratá-la como uma narrativa que “seja ela fática ou fictícia, se constrói contra um fundo ético e moral”, ou seja, o plano da “estrutura profunda da narrativa”. A metanarrativa “pode ser predominantemente de ordem ética, moral ou filosófica, ainda que também possa conter aspectos políticos, religiosos, psicológicos ou ideológicos”, constituindo, desse modo, “o pano de fundo sobre o qual se desenvolve a sequência de notícias sobre um determinado assunto”. Para concluir, preconizando que o “analista precisa tomar consciência e contrapor esse fundo moral ao enredo da história que reconfigurou”. É esse o sentido em que neste trabalho se adota o termo analítico “metanarrativa”.
- 18 A listagem dos trabalhos pode ser acessada em: <http://tinyurl.com/4k7td2zb>

## REFERÊNCIAS

- Allan, S., & Zelizer, B. (2004). Rules of engagement: journalism and war. In S. Allan & B. Zelizer (Orgs.), *Reporting War - Journalism in Wartime* (pp. 3-21). Routledge.
- Amossy, R. (2022). Construire la légitimité et l'autorité politiques en discours. *Argumentation et Analyse du Discours*, 28, 1-19. DOI: 10.4000/aad.5984
- Becker, H. S. (1997 [1963]). *Outsiders - Studies in the Sociology of Deviance*. Free Press.
- Bennett, W. L. (1990). Toward a Theory of Press-State Relations in the United States. *Journal of Communication*, 40(2), 103-125. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1990.tb02265.x
- Bilal, A. (2021, 30 de novembro). *Hybrid Warfare - New Threats, Complexity, and 'Trust' as the Antidote*. Nato Review. Recuperado de [www.nato.int/docu/review/articles/2021/11/30/hybrid-warfare-new-threats-complexity-and-trust-as-the-antidote/index.html](http://www.nato.int/docu/review/articles/2021/11/30/hybrid-warfare-new-threats-complexity-and-trust-as-the-antidote/index.html)
- Carvalho, B. A. d. (2022a, 14 de abril). *Na linha da frente dos combates em Mariupol: “Vocês estão malucos da cabeça”*. CNN Portugal. Recuperado de <https://cnnportugal.iol.pt/guerra/ucrania/na-linha-da-frente-dos-combates-em-mariupol-voce-estao-malucos->



da-cabeca/20220414/62584e030cf2f9a86e9e7c55

Carvalho, B. A. d. (2022b, 20 de julho). *O único jornalista português que cobre a guerra do lado russo: "Parece existir uma grande curiosidade sobre se tenho ou não autorização dos russos para trabalhar aqui"*. Sapo Notícias. Recuperado de [www.sapo.pt/noticias/atualidade/artigos/o-unico-jornalista-portugues-que-cobre-a-guerra-do-lado-russo-parece-existir-uma-grande-curiosidade-sobre-se-tenho-ou-nao-autorizacao-dos-russos-para-trabalhar-aqui](http://www.sapo.pt/noticias/atualidade/artigos/o-unico-jornalista-portugues-que-cobre-a-guerra-do-lado-russo-parece-existir-uma-grande-curiosidade-sobre-se-tenho-ou-nao-autorizacao-dos-russos-para-trabalhar-aqui)

Carvalho, B. A. d. (2022c, 31 de março). *Os pássaros não cantam em Lugansk*. Público. Recuperado de [www.publico.pt/2022/03/31/mundo/reportagem/passaros-nao-cantam-lugansk-2000819](http://www.publico.pt/2022/03/31/mundo/reportagem/passaros-nao-cantam-lugansk-2000819)

Casamentos desafiam bombardeios na Ucrânia: 'minha casa estava em ruínas, mas nossas vidas não'. (2022, 29 de julho). *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/mundo/epoca/noticia/2022/07/casamentos-desafiam-bombardeios-na-ucrania-minha-casa-estava-em-ruinas-mas-nossas-vidas-nao.ghtml>

Conselho Deontológico repudia tentativas de censura na cobertura da Guerra da Ucrânia. (2022). Sindicato dos jornalistas. Recuperado de <https://jornalistas.eu/conselho-deontologico-repudia-tentativas-de-censura-na-cobertura-da-guerra-da-ucrania/>

Correia, A. M. (2022, 6 de abril 6). Um terço dos soldados russos ligados ao massacre de Bucha já tinham combatido na Síria. *Expresso*. Recuperado de <https://expresso.pt/internacional/guerra-na-ucrania/2022-04-06-Um-terco-dos-soldados-russos-ligados-ao-massacre-de-Bucha-ja-tinham-combatido-na-Siria-b4b8bf52>

Dijk, T. A. V. (2005 [1993]). *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*: Campo das Letras.

Financial overview 2022. (2022). IMS. Retrieved from [www.mediasupport.org/about/financial-overview/](http://www.mediasupport.org/about/financial-overview/)

Fino, C. (2003). *A guerra em directo*. Verbo.

For media. (2022). Retrieved from <https://war.ukraine.ua/for-media/>

Galtung, J. (2003). Peace Journalism. *Media Asia*, 30(3), 177-180. DOI: 10.1080/01296612.2003.11726720

Hallin, D. C. (1989). *The Uncensored War: The Media and Vietnam*. University of California Press.

Hedges, C. (2022). The Chris Hedges Report: Ukraine and the Crisis of Media Censorship. The Real News Network. Recuperado de <https://therealnews.com/the-chris-hedges-report-ukraine-and-the-crisis-of-media-censorship>

Heenan, T. (2010). Robert Manne's Wilfred Burchett: The Uses and Abuses of Biography. *Australian Journal of Politics & History*, 56(2), 208-224. DOI: 10.1111/j.1467-8497.2010.01550.x

Herman, E. S., & Chomsky, N. (2002 [1988]). *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*: Pantheon Books.

Icks, M. S., Keohane, J. & Samoilenko, S. A. (2020). Character Assassination: Theoretical Framework. In S. A. Samoilenko, M. Icks, J. Keohane, & S. E (Orgs.), *Routledge Handbook of Character Assassination and Reputation Management* (pp. 11-24). Routledge.

Katchanovski, I. (2016). The Separatist War in Donbas: A Violent Break-up of Ukraine?†. *European Politics and Society*, 17(4), 473-489. DOI: 10.1080/23745118.2016.1154131

Kayali, L. (2022, 27 de fevereiro 27). EU to ban Russia's RT, Sputnik media outlets, von der Leyen says. *Politico*. Recuperado de [www.politico.eu/article/ursula-von-der-leyen-announces-rt-sputnik-ban/](http://www.politico.eu/article/ursula-von-der-leyen-announces-rt-sputnik-ban/)

Kellner, D. (2008). War Correspondents, the Military, and Propaganda: Some Critical Reflections. *International Journal Of Communication*, 2(34). Recuperado de <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/266/150>

Kinzer, S. (2023). *Putin & Zelensky: Sinners and saints who fit our historic narrative*. Responsible Statecraft. Recuperado de <https://responsiblistatecraft.org/2023/02/21/we-made-putin-our-hitler-zelensky-our-churchill-and-the-media-fell-in-line/>

Korostelina, K. V. (2014). Conflict of National Narratives of Ukraine: Euromaidan and Beyond. *Die Friedens-Warte*, 89(1/2), 269-290. Recuperado de [www.jstor.org/stable/24868496](http://www.jstor.org/stable/24868496)

Korybko, A. (2018 [2015]). *Guerras Híbridas - das revoluções coloridas aos golpes*. Editora Expressão Popular.

Koval, N., Kulyk, V., Riabchuk, M., Zarembo, K., & Fakhurdinova, M. (2022). Morphological Analysis of Narratives of the Russian-Ukrainian Conflict in Western Academia and Think-Tank Community. *Problems of Post-Communism*, 69(2), 166-178. DOI: 10.1080/10758216.2021.2009348

Lazarenko, V. (2018). Conflict in Ukraine: multiplicity of narratives about the war and displacement. *European Politics and Society*, 20(5), 550-566. DOI: 10.1080/23745118.2018.1552108

MacLeod, A. (2019a). Assessing the Strength of the Five Filters Today. In A. MacLeod (Org.), *Propaganda in the Information Age - Still Manufacturing Consent* (pp. 45-64). Routledge.

MacLeod, A. (2019b). Fake News, Russian Bots and Putin's Puppets.

In A. McLeod (Org.), *Propaganda in the Information Age - Still Manufacturing Consent* (pp. 65-83). Routledge.

McLaughlin, G. (2016). *The War Correspondent* (2<sup>a</sup> ed.). Pluto Press.

Miller, D. (2004). *Tell Me Lies: Propaganda and Media Distortion in the Attack on Iraq*. Pluto Press.

Monaghan, S., Cullen, P., & Wegge, N. (2019). *Countering Hybrid Warfare - A Multinational Capability Development Campaign Project*. Recuperado de [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/784299/concepts\\_mcdc\\_countering\\_hybrid\\_warfare.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/784299/concepts_mcdc_countering_hybrid_warfare.pdf)

Motta, L. G. (2007). Análise pragmática da narrativa jornalística. In C. Lago & M. Benetti (Orgs.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo* (pp. 143-167). Vozes.

Motta, L. G. (2013). *Análise Crítica da Narrativa*: Editora Universidade de Brasília.

Murray, C., Parry, K., Robinson, P., & Goddard, P. (2008). Reporting Dissent in Wartime: British Press, the Anti-War Movement and the 2003 Iraq War. *European Journal of Communication*, 23(1), 7-27. DOI:10.1177/0267323107085836

Noelle-Neumann, E. (1974). The Spiral of Silence A Theory of Public Opinion. *Journal of Communication*, 24(2), 43-51. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1974.tb00367.x

Nohrstedt, S. A. (2009). New War Journalism - Trends and Challenges. *Nordicom Review*, 30(1), 95-112. DOI: 10.1515/nor-2017-0141

Nygren, G., Glowacki, M., Hök, J., Kiria, I., Orlova, D., & Taradai, D. (2018). Journalism in the Crossfire. *Journalism Studies*, 19(7), 1059-1078. DOI: 10.1080/1461670X.2016.1251332

Open letter to media professionals who cover Russia's invasion of Ukraine. (2022). IMS. Recuperado de [www.mediasupport.org/blogpost/open-letter-to-media-professionals-who-cover-russias-invasion-of-ukraine/](http://www.mediasupport.org/blogpost/open-letter-to-media-professionals-who-cover-russias-invasion-of-ukraine/)

Pereira, N., & Silva, J. (2022, 4 de abril). *Guerra na Ucrânia: hospitais, orfanatos, escolas e parques infantis atingidos por ataques russos em Mykolaiv*. SIC Notícias. Recuperado de <https://sicnoticias.pt/especiais/guerra-russia-ucrania/2022-04-04-guerra-na-ucrania-hospitais-orfanatos-escolas-e-parques-infantis-atingidos-por-ataques-russos-em-mykolaiv>

Pereira, C. S. (2005). *Guerras da Informação - Militares e Média em Cenários de Crise*. Tribuna da História.

Petryk, J., & Kulchevych, N. (2022). *War Coverage Manual*. Recuperado de [https://docs.google.com/document/d/1WWMVFOuDIInwyGnMOQzu3ZaU2xFKaQWESMS\\_nZjIcl7kE/edit](https://docs.google.com/document/d/1WWMVFOuDIInwyGnMOQzu3ZaU2xFKaQWESMS_nZjIcl7kE/edit)

Pilger, J. (2022, 15 de setembro). Silencing the lambs: John Pilger on how propaganda works. *Mail & Guardian*. Recuperado de <https://mg.co.za/thoughtleader/opinion/2022-09-15-silencing-the-lambs-john-pilger-on-how-propaganda-works/>

Puyvelde, D. V. (2015). Hybrid war – does it even exist? Recuperado de [www.nato.int/docu/review/articles/2015/05/07/hybrid-war-does-it-even-exist/index.html](http://www.nato.int/docu/review/articles/2015/05/07/hybrid-war-does-it-even-exist/index.html)

Relembre os maiores ataques da Rússia contra a Ucrânia em 50 dias de guerra. (2022, 14 de abril). *CNN Brasil*. Recuperado de [www.cnnbrasil.com.br/internacional/relembre-os-maiores-ataques-da-russia-contra-a-ucrania-em-50-dias-de-guerra/](http://www.cnnbrasil.com.br/internacional/relembre-os-maiores-ataques-da-russia-contra-a-ucrania-em-50-dias-de-guerra/)

Roman, N., Wanta, W., & Buniak, I. (2017). Information wars: Eastern Ukraine military conflict coverage in the Russian, Ukrainian and U.S. newscasts. *International Communication Gazette*, 79(4), 357-378. DOI: 10.1177/1748048516682138

Ryan, M. L. (2007). Toward a definition of narrative. In D. Herman (Org.), *The Cambridge Companion to Narrative* (pp. 22-35). Cambridge University Press.

Samoilenko, S. A. (2019). Character Assassination and Reputation Management in the Context of Mediated Complexity. In K. E. Sriramesh, M. Kraus & D. Vercic (Orgs.), *The Global Public Relations Handbook: Theory, Research, and Practice* (3ª ed.) (pp. 268-282). Routledge.

Santos, J. A. (2022, 4 de maio). Jornalista que acompanha a guerra da Ucrânia pelo lado da Rússia foi eleito deputado municipal da Amadora pela CDU. *Visão*. Recuperado de <https://visao.pt/atualidade/politica/2022-05-04-jornalista-que-acompanha-a-guerra-da-ucrania-pelo-lado-da-russia-foi-eleito-deputado-municipal-da-amadora-pela-cdu/>

Santos, N. (2022, 3 de abril). Editorial. *CNN Portugal*. Recuperado de <https://cnnportugal.iol.pt/guerra/ucrania/nota-editorial/20220403/624a08630cf2c7ea0f234037>

Sazonov, V., Saumets, A., & Mölder, H. (2017). The Crisis in Ukraine and Information Operations of the Russian Federation. *Estonian Journal of Military Studies*, VI.

Shirayev, E. B., Keohane, J., Icks, M., & Samoilenko, S. A. (2021). Content and Types of Character Attacks. In E. B. Shirayev, J. Keohane, M. Icks, & S. A. Samoilenko (Orgs.), *Character Assassination and Reputation Management* (pp. 75-95). Routledge.

Smoor, L. (2017). Understanding the Narratives Explaining the Ukrainian Crisis: Identity Divisions and Complex Diversity in Ukraine. *Acta Universitatis Sapientiae, European and Regional Studies*, 11(1), 63-96. DOI: 10.1515/auseur-2017-0004

US network sacks top journalist. (2003, 2 de abril). *BBC*. Recuperado de <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/2903503.stm>

Watson, J., & Hill, A. (2012). *Dictionary of Media and Communication Studies*. Bloomsbury USA.

Zelenska acusa mulheres russas de encorajar maridos a violar ucranianas. (2022, 29 de novembro 29). *Notícias ao Minuto*. Recuperado de [www.noticiasao minuto.com/mundo/2123010/zelenska-acusa-mulheres-russas-de-encorajar-maridos-a-violar-ucranianas](http://www.noticiasao minuto.com/mundo/2123010/zelenska-acusa-mulheres-russas-de-encorajar-maridos-a-violar-ucranianas)

Zollmann, F. (2019). A Propaganda Model for the Twenty-First Century – Structure-agency dynamics and the intersection of class, gender and race. In A. McLeod (Orgs.), *Propaganda in the Information Age - Still Manufacturing Consent* (pp. 23-44). Routledge.

**LUÍS M. LOUREIRO.** Doutorado em Ciências da Comunicação pela UMinho, onde é professor, leciona Narrativas Jornalísticas e outras disciplinas de Jornalismo e Comunicação. Investigador do CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, coordena o Barómetro de Qualidade da Informação. Foi jornalista de rádio e televisão durante trinta anos, tendo sido correspondente de guerra no Líbano (2006), grande repórter e jornalista de investigação premiado individual e coletivamente. Colaboração no artigo: conceptualização e desenho da investigação; definição da estrutura do artigo; redação da introdução, capítulos teóricos, análise e discussão dos resultados; definição metodológica e do corpus; revisão e aprovação da versão final. Email: [luisloureiro@ics.uminho.pt](mailto:luisloureiro@ics.uminho.pt)

**RUI PEREIRA.** Professor da Universidade Lusófona (Porto), dirige o Curso de Ciências da Comunicação e leciona Análise do Discurso,

Ética e Teorias da Comunicação e do Jornalismo, entre outras. Foi jornalista durante vinte anos. Doutorado em Sociologia da Informação e da Comunicação pela UMinho, trabalha Oficinas de Filosofia e História com crianças e jovens no Bando dos Gambozinos. Autor de livros de reportagem e ensaio. O último livro é *Pensar em tempos de Não-Pensamento*. Colaboração no artigo: teorização em torno da propaganda de guerra, conceptualização de degradação simbólica; enquadramento da metanarrativa na análise do discurso; discussão de resultados; revisão e aprovação da versão final. Email: rui.mateus.pereira@ulusofona.pt

**ALEXANDRA FIGUEIRA.** Diretora do mestrado em Comunicação, Marketing e Media Digitais na Universidade Lusófona (Porto), é docente nas áreas de Jornalismo, Comunicação Estratégica e Comunicação Aplicada. Foi durante 27 anos jornalista em media nacionais, tendo reportado para a Reuters a partir de Bósnia, em 1995. Doutorada em Ciências da Comunicação pela UMinho. O seu trabalho jornalístico e académico foi premiado por três vezes. Colaboração no artigo: definição metodológica; recolha de informação; discussão de resultados; revisão, formatação e aprovação da versão final. Email: alexandra.figueira@ulusofona.pt

Um dos pareceres utilizados na avaliação deste artigo pode ser acessado em <https://osf.io/r7qck> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação do parecer e a divulgação de seus nomes.